



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 7ª VARA DO  
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Aryoswaldo José Brito Espínola, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Silvana Marsicano Franca e Vinicius Gomes Mota.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 10.770, de 21/11/2003
Data de instalação	3/9/2004
Data da última correição	4 de julho de 2023
Período correicionado	1º/6/2023 a 30/9/2024

Aos 16 de outubro de 2024, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **HERMINEGILDA LEITE MACHADO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 032/2024, publicado no DA-e e DEJT., no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada da Juíza Auxiliar da Corregedoria, Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque, da Secretária da Corregedoria, Ozanete Gondim Guedes Pereira e do servidor, Aryoswaldo José Brito Espínola, foram recebidos pelo Juiz titular, José Airton Pereira, pelo Juiz substituto fixo, Flavio Londres da Nóbrega, pelo Diretor de Secretaria, Adelmo Antonio de Albuquerque Sousa e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/6/2023 a 30/9/2024 (16



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
José Airton Pereira	28/1/2021 - Ato TRT SGP nº 045/2021

### 1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Flavio Londres da Nóbrega	20/12/2017– Ato TRT SCR nº 140/2017

### 1.2 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular, do Magistrado substituto e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

### 1.3 Servidores lotados na Unidade

A 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **14** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Adelmo Antonio de A. Sousa	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	4/2/2021
Auzeni Ferreira Pereira	Técnico Judiciário – Assistente III	3/9/2004
Deborah Madruga do Amaral Leitão	Técnico Judiciário	22/7/2020
Elisabeth Silva Rodrigues	Técnico Judiciário	1º/6/2019
Giovanna Coelho de Castro Luz	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	4/2/2021
Hiram de Freitas Brasil	Técnico Judiciário – Assistente III	3/9/2004
Hueber Mendes de Sá Formiga	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	17/2/2021
Ilanna Araujo Motta	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	27/9/2016



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Ionete Carneiro de Andrade	Técnico Judiciário – Calculista	27/9/2012
Jarismar Vicente de Sousa	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	3/9/2004
Jose Soares Ribeiro	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	6/12/2016
Juciane Farias Barbosa	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	24/8/2005
Maristela Barbosa Viana	Técnico Judiciário – Assistente III	19/6/2000
Patricia Zuila Teotônio R. Pires	Técnico Judiciário – Calculista	4/10/2011

A Unidade adota uma abordagem mista para a divisão de tarefas: parte dos servidores é alocada de acordo com a faixa processual, enquanto outra parte desempenha funções específicas no sistema PJe, conforme informações fornecidas pelo Diretor de Secretaria. Informou, por fim, que a Unidade não implementa a adoção de boas práticas.

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte:Hórus e e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 30/9/2024, um acervo processual de 2.393 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	810
Fase de Liquidação	224
Fase de execução	1348
Cartas precatórias e de ordem	11
<b>TOTAL</b>	<b>2393</b>

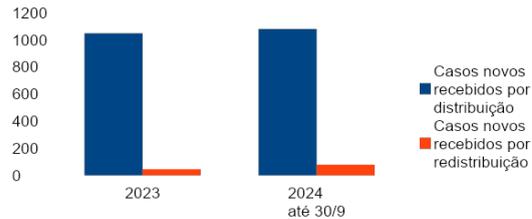
### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

#### 2.1.1 Casos novos

Item	2023	2024 até 30/9
Casos novos recebidos por distribuição	1045	1077
Casos novos recebidos por redistribuição	45	79
<b>TOTAL</b>	<b>1090</b>	<b>1156</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



No período correicionado, houve registro de 11 processos recebidos com sentenças anuladas e 3 processos com sentenças reformadas, pela instância superior, abaixo relacionados.

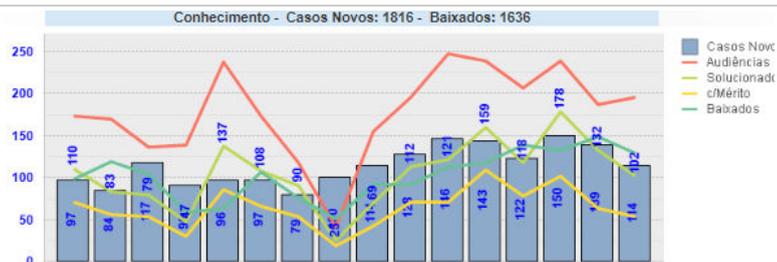
Sentenças anuladas	
0000869-40.2022.5.13.0022	0130514-65.2015.5.13.0022
0000071-45.2023.5.13.0022	0001117-69.2023.5.13.0022
0000454-23.2023.5.13.0022	0000113-60.2024.5.13.0022
0000490-65.2023.5.13.0022	0001222-46.2023.5.13.0022
0000867-36.2023.5.13.0022	0000960-96.2023.5.13.0022
0000782-50.2023.5.13.0022	

Sentenças reformadas
0000494-05.2023.5.13.0022
0000550-04.2024.5.13.0022
0000320-59.2024.5.13.0022

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (junho/23 a setembro/2024).

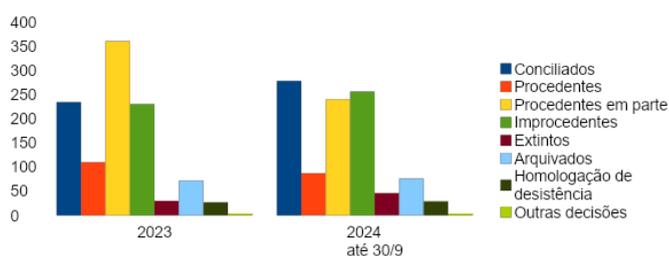


**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**



## 2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 30/9
Conciliados	234	278
Procedentes	110	87
Procedentes em parte	360	240
Improcedentes	230	256
Extintos	30	46
Arquivados	72	76
Homologação de desistência	27	29
Outras decisões	4	4
<b>TOTAL</b>	<b>1067</b>	<b>1016</b>



## 2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

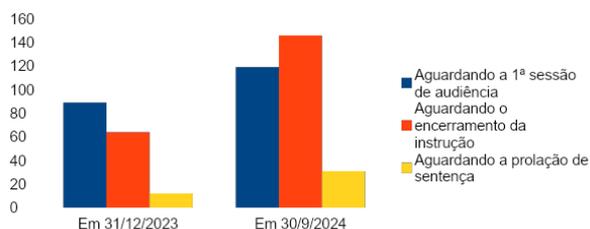
A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2023	Em 30/9/2024
Aguardando a 1ª sessão de audiência	89	119
Aguardando o encerramento da instrução	64	146



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Aguardando a prolação de sentença	12	31
<b>TOTAL</b>	<b>165</b>	<b>296</b>



## 2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2023	2024 até 30/9	Variação (%)
Fase de conhecimento	687	810	17,90%
Fase de liquidação	143	224	56,64%
Fase de execução	1435	1348	-6,06%

Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

## 3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	163	177	138	138	56
Conciliação em conhecimento	14	35	17	28	18
Conciliação em Execução	8	30	23	45	12



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Una	203	277	180	382	50
Instrução	102	49	147	61	75

### 3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
6/23	200	154	151	166	87	177	173	144	154	140	116	109	168	147,16
7/23	110	159	135	165	119	217	170	117	109	163	139	164	162	146,58
8/23	200	147	176	200	169	173	136	152	171	213	156	145	150	171
9/23	94	143	150	227	163	136	139	103	178	196	117	164	116	148,91
10/23	207	183	185	141	149	214	237	155	211	226	146	118	151	173,83
11/12	126	161	168	160	165	228	173	178	162	170	164	192	142	168
12/23	134	122	124	96	118	107	117	117	121	87	100	153	97	114,66
1/24	87	20	78	133	41	86	41	66	76	112	49	73	74	74,58
2/24	88	172	187	212	131	131	155	158	110	187	149	77	171	126,64
3/24	211	191	185	222	176	256	195	197	133	215	205	156	144	190,91
4/24	265	225	222	281	167	225	248	262	250	178	201	186	215	223,08
5/24	289	265	242	239	196	293	239	194	206	203	194	249	214	232
6/24	181	187	163	197	169	248	207	181	215	227	196	150	175	190,75
7/24	176	270	243	230	212	224	239	217	216	185	206	163	212	212,83
8/24	257	198	188	209	207	227	187	210	205	192	180	182	228	206,91
9/24	225	213	200	269	294	203	195	226	266	245	193	241	216	232,58
<b>TOTAL</b>	<b>2850</b>	<b>2810</b>	<b>2797</b>	<b>3147</b>	<b>2563</b>	<b>3145</b>	<b>2851</b>	<b>2677</b>	<b>2783</b>	<b>2939</b>	<b>2511</b>	<b>2522</b>	<b>2635</b>	<b>2760,42</b>

De acordo com informações fornecidas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade realiza audiências de segunda a quinta-feira.

## 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de conhecimento	2023	2024 até 30/9
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	28	35
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	37	28
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	63	60
Da conclusão à prolação da sentença	12	11
Do ajuizamento até a prolação da sentença	71	66

### 5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2023	2024 até 30/9
Embargos de declaração	Recebidos	353	247
	Baixados	357	242
	<b>Pendentes</b>	<b>14</b>	<b>17</b>
Tutela Provisórias	Recebidos	108	101
	Apreciadas	73	61
	<b>Pendentes</b>	<b>14</b>	<b>6</b>
Liquidação/ Execução	Recebidos	154	127
	Baixados	35	92
	<b>Pendentes</b>	<b>48</b>	<b>27</b>

### 6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/6/2023 a 30/9/2024			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	987	965	39
Recurso adesivo	54	51	-
Agravo de petição	375	298	10
<b>Total</b>	<b>1416</b>	<b>1314</b>	<b>49</b>

### 7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2023**: **53** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **112** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **76** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **30/9** é de **48** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **112** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **69** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **71** dias, para o ano base de **2023** e de **66** dias, relativo a este ano de **2024**, até **30 de setembro**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2023**, foi de **1.249** dias, e de **1.021** dias, referente ao exercício atual até o dia **30 de setembro**.

## 8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Item	2023	2024 até 30/9
Execuções pendentes do exercício anterior	838	1473
Execuções iniciadas	870	652
Desarquivados	930	9
Recebidos de outros Órgãos	10	4
Execução de título extrajudicial	4	-
Execuções encerradas	923	641
Remetidos a outros Órgãos	7	3
Processos arquivados provisoriamente	161	10

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correicionado (junho/23 a setembro/2024).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 30/9
Acordo	PJe	R\$ 5.187.989,76	R\$ 5.951.371,08
Espontâneo	PJe	R\$ 38.859,49	R\$ 32.915,30
Execução	PJe	R\$ 9.773.368,24	R\$ 6.823.751,15
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 15.000.217,49</b>	<b>R\$ 12.808.037,53</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 30/9
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 1.071.548,01	R\$ 478.594,39
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 2.445.227,25	R\$ 1.915.508,37
Imposto de renda	PJe	R\$ 521.123,13	R\$ 150.894,40
Valores pagos decorrentes de multas aplicadas por órgão de fiscalização das relações de trabalho	PJe	-	R\$ 101.273,34
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 4.037.898,39</b>	<b>R\$ 2.646.270,50</b>

## 10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

PERÍODO CORREICIONADO 1º/6//2023 a 31/7/2024		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	1659
INFOJUD	PJe	210
SIMBA	PJe	-
INFOSEG	PJe	413
RENAJUD	PJe	1021
BNDT	Pendentes (PJe)	280
	Incluídos (PJe)	276

### 11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,09%
Unidade Correicionada	<b>102,22%</b>

Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	95,73%
Unidade Correicionada	<b>89,39%</b>

Para efeito de controle da **Meta 1/2024**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **1077** casos novos (por distribuição) e **960** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 89,39%.

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023 pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,38% da Meta 2
	99,86% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	<b>107,53%</b> da Meta
	<b>100%</b> dos processos distribuídos até 31/12/2021



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.**

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,18% da Meta 2
	99,67% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	<b>107,53%</b> da Meta 2
	<b>100%</b> dos processos distribuídos até 31/12/2022

**Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual**

IPC – Índice de processos conciliados – <b>índice de conciliação: 40%</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,14% da Meta 3
	34,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	<b>84,55%</b> da Meta 3
	<b>33,82%</b> de índice de conciliação

**Meta 3/2024 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2021/2022, em 0,5 ponto percentual**

IPC – Índice de processos conciliados – <b>índice de conciliação: 38%</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	109,62% da Meta 3
	40,97% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	<b>120,97%</b> da Meta 3
	<b>45,21%</b> de índice de conciliação

**Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.**

Unidades de primeiro grau do TRT	112,88%
Unidade Correicionada	<b>112,82%</b>

**Meta 5/2024 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente**

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	72,75%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade Correicionada	<b>69,09%</b>
-----------------------	---------------

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2024-01	51	9	344	619	87,09	98,57	94,13	
2024-02	92	22	354	584	71,23	94,96	84,35	
2024-03	91	20	371	565	61,32	91,72	76,66	
2024-04	112	12	387	557	52,80	89,84	69,77	
2024-05	117	17	399	560	46,29	87,50	63,85	
2024-06	139	19	366	558	37,81	84,93	56,86	
2024-07	132	29	361	543	32,97	80,92	51,19	
2024-08	148	25	323	501	26,80	76,61	44,32	
2024-09	129	18	302	484	23,00	73,89	39,94	

## JUÍZES

### 12. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

#### Juiz Titular

José Airton Pereira			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	11/9/2023 a 30/9/2023	20
Férias	SAOAdm	21/1/2024 a 9/2/2024	20
Licença saúde	SAOAdm	12/8/2024 a 16/8/2024	5

#### Juiz Substituto

Flávio Londres da Nóbrega			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	20/8/2023 a 8/9/2023	20
Férias	SAOAdm	18/3/2024 a 6/4/2024	20

#### 12.1 Audiências realizadas (1º/6/2023 a 30/9/2024) - (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Una	Enc. Inst/ Inq. test	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Jose Airton Pereira	541	92	230	355	71	66	1355
Flavio Londres da Nobrega	541	183	206	315	63	80	1388
Ana Beatriz Dias F. Gondim	-	-	-	1	-	-	1
Ilina Maria Jurema M. C. de Sá	11	4	4	5	2	-	26
Alisson Almeida de Lucena	11	-	1	6	5	9	32
Adriano Mesquita Dantas	-	-	-	-	-	1	1

### 12.2 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
Jose Airton Pereira	211	69	55	335
Flavio Londres da Nobrega	234	34	59	327

### 13. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Jose Airton Pereira	203	99	212	182	7	57	22	29	811
Flavio Londres da Nobrega	202	56	228	226	8	63	26	23	832
Alisson Almeida de Lucena.	10	-	3	1	-	1	-	-	15
Ilina Maria Jurema M. Coutinho de Sá	4	-	-	1	-	1	1	1	8

No período correicionado, o Juiz titular laborou 392 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,07 processos/dia. O Juiz substituto laborou 371 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,24



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

processos/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

**13.1 Processos solucionados por classe processual** (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	881
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	518
Homologação da Transação Extrajudicial	147
Embargos de Terceiro Cível	42
Consignação em Pagamento	18
Ação Civil Coletiva	15
Produção Antecipada da Prova	14
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	14
Ação Civil Pública Cível	8
Ação de Cumprimento	6
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2
Mandado de Segurança Cível	2
Tutela Cautelar Antecedente	1
Protesto	1
Tutela Antecipada Antecedente	1

**14. SENTENÇAS LÍQUIDAS**

Magistrados	líquidas	Ilíquidas	%
Jose Airton Pereira	152	152	50%
Flavio Londres da Nobrega	196	77	71,80%

**15. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Total
Alisson Almeida de Lucena	15
Flávio Londres da Nóbrega	832
Ilina Maria Jurema Maracajá Coutinho de Sá	8
José Airton Pereira	805

### 15.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 11 dias

Magistrados	Dias
Flávio Londres da Nóbrega	8
José Airton Pereira	13
Alisson Almeida de Lucena	9
Ilina Maria Jurema Maracajá Coutinho de Sá	2
Mariana Petit Horacio de Brito	6

## 16. DO OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2023 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório em novembro de 2023, tendo o Juiz titular da Unidade correicionada respondido em 4 de dezembro, destacando que os magistrados estão comprometidos em melhorar os índices da Meta 3 do CNJ, que não foi cumprida anteriormente, como também, estão concentrando esforços para reduzir o tempo médio de duração dos processos na fase de execução, promovendo a inclusão de audiências de conciliação, encaminhando processos para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC). Relatou que no período observado, a Unidade judiciária demonstrou uma redução no número de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução, havendo um aumento nos processos pendentes de baixa na fase de liquidação, justificando que esse crescimento se deve à remessa dos processos conciliados para essa etapa no PJe. No que diz respeito ao registro



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

das arrecadações e pagamentos, os servidores foram orientados a prestar mais atenção ao lançamento regular no sistema PJe, incluindo a atualização dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, bem como dos recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas em todas as fases processuais. Destacou que a Vara tem como padrão liquidar as sentenças, excetuando duas situações: quando os processos não apresentam elementos suficientes para liquidação e no período de férias do contador. Salientou que quanto aos dados do PJe, os servidores são orientados a incluir os GIGS, designando um servidor para fazer a vistoria nos processos das tarefas “Cumprimento de Providências” e “Sobrestamento”. Quanto aos prazos vencidos, estes são revisados diariamente e em relação aos processos pendentes de BNDT, foi designado um servidor responsável para fazer a revisão dessa tarefa. Por fim, ressaltou que, tratando-se das pendências do SISBAJUD, destacou que os processos identificados nessa situação correspondem àqueles programados para repetição automática por um período de trinta dias.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

## 17. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre junho de 2023 e setembro de 2024 - 16 meses:

Movimentação	Valor total
Outros beneficiários	R\$ 367.355,37



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Pagamento ao advogado	R\$ 48.714,46
Pagamento dívida ativa união federal	R\$ 8.277,17
Pagamento em favor de perito	R\$ 15.998,58
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 1.029.814,98
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 173.366,17
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 151.612,44
Recolhimento de custas processuais	R\$ 2.728,86
Recolhimento de imposto de renda	R\$ 1.737,18
Valor convertido em renda - União Federal	R\$ 14.619,39
Valor convertido em renda - União Federal - Alvará pela Corregedoria	R\$ 173,98
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma Vara do Trabalho	R\$ 148.647,74
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 96.935,89
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.059.982,21</b>

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

## 18. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR nº 110/2023 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos por parte de magistrados e servidores. Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024), no exercício anterior, o Juiz titular, José Airton Pereira não participou de cursos de formação continuada, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre, conforme estipulado no artigo 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011. O Juiz substituto, Flávio Londres da Nóbrega, fez-se presente em um curso de formação continuada, no segundo semestre do exercício de 2023, conforme informações fornecidas pela EJUD. Não houve a participação dos magistrados (titular e substituto fixo) em capacitações específicas voltadas para a



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, consoante o Ato TRT SCR nº 110/2023.

Magistrado	Descrição - 2º semestre
FLÁVIO LONDRES DA NÓBREGA	Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024) e SEGEPE (PROAD 2292/2024), os servidores lotados na Unidade correicionada abaixo relacionados estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição - 2023
ADELMO ANTONIO DE A. SOUSA	TRT - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS NA SEMANA DA MULHER /TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO TRT - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: FELICIDADE, ENGAJAMENTO, SATISFAÇÃO E BEM-ESTAR / ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA /CURSO IN COMPANYY
AUZENI FERREIRA PEREIRA	3º ENCONTRO VIRTUAL - LIDERANÇA DIGITAL PARA MULHERES / CENTRO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DA JUSTIÇA DO TRABALHO (CEDUC-JT) DO CSJT TRT - BRIGADISTAS DE INCÊNDIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE HÍBRIDA TRT - COMPORTAMENTO E CONSEQUÊNCIA: MESMA FACE DE UMA ATITUDE - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - OFICINA: SAÚDE, NUTRIÇÃO E ESTÉTICA /SEGEPE EM PARCERIA COM O SETOR DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DA UNIMED JOÃO PESSOA TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL WEBINÁRIO PREV JUD EXPLICADO: AGILIDADE E EFETIVIDADE AOS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS /CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ
DEBORAH MADRUGA DO A. LEITÃO	TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL
GIOVANNA COELHO DE CASTRO LUZ	TRT - LETRAMENTO EM DIREITOS HUMANOS /TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
HIRAM DE FREITAS BRASIL	TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	TRT - SEMINÁRIO SOBRE DIVERSIDADE E CONTRATO DE TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL
<b>IONETE CARNEIRO DE ANDRADE</b>	TRT - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS NA SEMANA DA MULHER / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
<b>JARISMAR VICENTE DE SOUSA</b>	TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL
<b>JOSÉ SOARES RIBEIRO</b>	REDAÇÃO DE SENTENÇAS E DE ACÓRDÃO / PROF. OSVACI JR - REDAÇÃO JURÍDICA TRT - RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EVENTO NA MODALIDADE TELEPRESENCIAL. TRT - PRECEDENTES NO PROCESSO DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - PALESTRA - O IMPACTO DAS RECENTES DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO NAS RELAÇÕES LABORATIVAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL

## 19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 61 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do **Ato TRT13 SCR nº 110/2023**, havendo a prolação de 21 despachos correicionais no PJe.

## 20. RECOMENDAÇÕES

- a) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, em conformidade com o Ato TRT SCR nº 110/2023;
- b) analisar a real necessidade de inclusão de processos em pauta para encerramento da instrução, com o fito de diminuir o impacto no indicador referente ao prazo médio na fase de conhecimento;
- c) quando da primeira citação da reclamada no processo, orientar a equipe a fazer uso do Tipo de Expediente “notificação inicial” a fim de permitir a citação



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

da empresa por meio do DOMICÍLIO ELETRÔNICO (0000921-65.2024.5.13.0022);

d) analisar a possibilidade de aderir à boa prática de inclusão, em pautas de audiências de conciliação, nos processos em que há pedido para a homologação de transação firmada entre as partes, a exemplo do processo 0000249-57.2024.5.13.0022, ou quando houver pedido de parcelamento da execução (0000754-82.2023.5.13.0022), a fim de possibilitar a remessa do processo para o “Controle de Acordo”, gerando automaticamente a movimentação de sobrestamento;

e) atentar para os registros no AUDI quando homologada a transação, de forma a refletir com precisão os termos do acordo, principalmente no que diz respeito à dispensa ou não das custas processuais (0000178-55.2024.5.13.0022 e 0000043-43.2024.5.13.0022);

f) otimizar os serviços cartoriais com a utilização dos atos ordinatórios elencados no art. 12 da Consolidação dos Provimentos deste Regional;

g) proceder à revisão dos processos sobrestados na fase de conhecimento, a fim de dar cumprimento ao disposto na Recomendação TRT13 SCR nº 007/2022, que padronizou os procedimentos atinentes à utilização dos fluxos de “Sobrestamento/Suspensão” com o preenchimento do complemento adequado a cada situação, de forma a refletir com precisão o trabalho das unidades judiciárias;

h) orientar a equipe quanto aos procedimentos de inclusão de chip “CTPS - anotar” e cadastramento de atividades no gigs quando houver pendência de cumprimento de obrigação de fazer, a fim de otimizar a rotina de controle pela secretaria;

i) quando da homologação de acordo pelo juízo, proceder ao imediato cadastro das parcelas, como também das custas processuais e verbas previdenciárias (0000212-30.2024.5.13.0022), observando o cumprimento do § 1º do art. 119 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, a fim de facilitar o



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

acompanhamento dos pagamentos/recolhimentos efetuados na tarefa “Controle de Acordo”, evitando-se o sobrestamento dos autos (0000430-58.2024.5.13.0022 e 0000043-43.2024.5.13.0022);

j) orientar a equipe a proceder à associação de processos e cadastramento de atividades no Gigs, especialmente no caso de ação de cumprimento provisório de sentença recebida na unidade judiciária por redistribuição ou quando retificada a autuação pela própria vara, para monitoramento tanto da ação principal como da provisória, a fim de cumprir efetivamente o artigo 179 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, atentando à Secretaria para a juntada das “peças inéditas dos autos principais para o processamento da execução definitiva, retificando-se a autuação para classe processual Cumprimento de Sentença”, com o registro da movimentação específica “50072 - Convertida a execução provisória em definitiva”, evitando a execução simultânea ocorrida nos processos 0000371-07.2023.5.13.0022 e 0000618-85.2023.5.13.0022;

k) monitorar e orientar a equipe a ter mais atenção quando da existência de incidentes, a exemplo de tutelas, embargos e impugnações, a fim de evitar a paralisação indevida dos autos em determinadas tarefas, como ocorrido no processo 0001068-28.2023.5.13.0022, que permaneceu aguardando julgamento por mais de 40 dias;

l) orientar a equipe a observar com mais atenção o transcurso do prazo previsto no art. 883-A da CLT (0000670-81.2023.5.13.0022), com a inclusão do prazo e tipo de atividade (BNDT) no Gigs, a fim de possibilitar o monitoramento do vencimento, evitando-se determinação judicial expressa antes de decorrido o prazo legal (ex: 0000246-05.2024.5.13.0022) ou registro, pela secretaria, sem decisão específica no PJe (ex: 0000681-13.2023.5.13.0022);

m) velar, sob pena de responsabilidade, pelos registros dos valores pagos ou recolhidos pelas partes, principalmente no que diz respeito às custas processuais e depósitos recursais, inclusive via apólice de seguro, quando da remessa dos autos ao 2º grau, nos termos do art. 47 do Provimento Consolidado deste Regional, devendo, ainda, atentar para os



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

pagamentos/recolhimentos efetuados nas instâncias superiores (ex.: 0000207-42.2023.5.13.0022), evitando, também, o arquivamento definitivo dos autos sem o registro de pagamento dos honorários periciais (ex.: 0000797-53.2022.5.13.0022), bem como a duplicidade de registro das custas processuais e o lançamento do depósito recursal como “Efetuado o pagamento de outras obrigações pecuniárias por cumprimento espontâneo” (0001064-88.2023.5.13.0022);

n) proceder à revisão dos processos arquivados provisoriamente, atentando para o CHIP “Arquivado Provisoriamente”, a fim de dar cumprimento ao disposto na Recomendação TRT13 SCR nº 007/2022, que padronizou os procedimentos atinentes à utilização dos fluxos de “Sobrestamento/Suspensão” em vez de “Arquivamento Provisório”, atentando especialmente para a conclusão correta no PJe - “Decisão Sobrestamento/Suspensão”, com o preenchimento do complemento adequado a cada situação, principalmente quando há determinação pendente de cumprimento;

o) uniformizar os procedimentos da Unidade Judiciária nos processos em execução contra a fazenda pública, a fim de que passem a consignar o prazo para pagamento quando da expedição dos ofícios RP/RPV via PEC (0000023-52.2024.5.13.0022), para alimentação, no sistema GPPEC, dessa informação e conseqüente registro do respectivo pagamento;

p) abster-se de remeter processos ao arquivo definitivo sem proceder ao lançamento do movimento específico no PJe 'Quitado o precatório ou 'Quitada a RPV, atentando para a consulta ao relatório SAOPJE “Processos arquivados com RPV/Precatório sem quitação”, evitando o ocorrido nos processos 0000527-92.2023.5.13.0022, ainda pendente de alimentação no sistema GPPEC;

q) abster-se de remeter processos ao arquivo definitivo com pendência de cumprimento de determinação judicial (ex: 0000982-57.2023.5.13.0022 e 0001273-57.2023.5.13.0022);



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

- r) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional;
- s) orientar a equipe a manter o saneamento dos processos arquivados com saldos em contas judiciais, atentando especialmente para o devido registro no Sistema Garimpo de todas as contas movimentadas;
- t) incentivar a equipe a boa prática de fazer uso do PJe Gestão, startup deste Regional que possibilita a reunião de diversos relatórios na tela inicial do sistema PJe.

## **21. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora destaca que a 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa está empenhada em aprimorar a entrega da justiça, buscando alcançar os padrões de eficiência já estabelecidos por outras unidades judiciárias de porte semelhante.

Registra o cumprimento das Metas 1 (102,22%), 2 (107,53%) e 5 de 2023 (112,82%), pelo que parabeniza os servidores e magistrados pelo trabalho desempenhado.

Destaca o ótimo índice de conciliação (45,21%), superior à meta do Regional para este ano de 2024, o que reflete no cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ, que vem apresentando o percentual de 120,97%, não alcançada no exercício de 2023 (84,55%), recomendando à equipe a manutenção do desempenho até o final deste exercício.

Constata, com satisfação, uma significativa redução no tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDPe), que passou de 1.249 dias em 2023 para 1.021 dias em 2024, de janeiro a setembro, o que certamente refletiu no cumprimento da Meta 5 de 2023 do CNJ, e no cumprimento parcial da mesma meta neste exercício, que vem apresentando o índice de 72,28%.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Noutro norte, ressalta-se, portanto, a importância da participação dos magistrados (titular e substituto fixo) e servidores em capacitações específicas voltadas para a efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, consoante o Ato TRT SCR nº 110/2023.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Ozanete Gondim Guedes Pereira, secretária da Corregedoria, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho informar o cumprimento dos despachos e recomendações correicionais e querendo, oferecer suas considerações, consoante art. 7º do Ato TRT SCR nº 110/2023, com a devida comunicação à Corregedoria Regional. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

**HERMINEGILDA LEITE MACHADO**  
**Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**ANEXO**

<b>VISTOS EM CORREIÇÃO</b>		
0000249-57.2024.5.13.0022	0000886-42.2023.5.13.0022	0000931-46.2023.5.13.0022
0000803-89.2024.5.13.0022	0001042-93.2024.5.13.0022	0000186-32.2024.5.13.0022
0000411-94.2024.5.13.0008	0000854-03.2024.5.13.0022	0000722-77.2023.5.13.0022
0000567-40.2024.5.13.0022	0000374-25.2024.5.13.0022	0000893-97.2024.5.13.0022
0000815-06.2024.5.13.0022	0000754-82.2023.5.13.0022	0000055-57.2024.5.13.0022
0000240-95.2024.5.13.0022	0001055-29.2023.5.13.0022	0000715-51.2024.5.13.0022
0001045-48.2024.5.13.0022	0000208-90.2024.5.13.0022	

<b>VISTOS EM CORREIÇÃO COM RECOMENDAÇÃO EM ATA</b>		
0000178-55.2024.5.13.0022	0000246-05.2024.5.13.0022	0000430-58.2024.5.13.0022
0000777-91.2024.5.13.0022	0000786-87.2023.5.13.0022	0000043-43.2024.5.13.0022
0000212-30.2024.5.13.0022	0000670-81.2023.5.13.0022	0000659-52.2023.5.13.0022
0000395-98.2024.5.13.0022	0001064-88.2023.5.13.0022	0000681-76.2024.5.13.0022
0001032-49.2024.5.13.0022	0000681-13.2023.5.13.0022	0000921-65.2024.5.13.0022
0000666-10.2024.5.13.0022	0000753-63.2024.5.13.0022	0001068-28.2023.5.13.0022
0000207-42.2023.5.13.0022	0000393-31.2024.5.13.0022	

<b>DESPACHOS CORREICIONAIS</b>		
0000473-29.2023.5.13.0022	0000850-63.2024.5.13.0022	0000167-26.2024.5.13.0022
0000493-83.2024.5.13.0022	0000311-34.2023.5.13.0022	0000407-49.2023.5.13.0022
0000601-15.2024.5.13.0022	0000271-52.2023.5.13.0022	0000483-73.2023.5.13.0022
0000895-04.2023.5.13.0022	0001167-95.2023.5.13.0022	0000675-06.2023.5.13.0022
0000023-52.2024.5.13.0022	0000102-31.2024.5.13.0022	0000847-79.2022.5.13.0022
0000577-21.2023.5.13.0022	0000620-55.2023.5.13.0022	
0000546-98.2023.5.13.002	0000710-29.2024.5.13.0022	
0000608-41.2023.5.13.0022	0000880-35.2023.5.13.0022	